



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
CICLO COMITÊ PAULISTA

Ata da 8ª Reunião Ordinária do Ciclo Comitê Paulista, realizada no dia 09 de novembro de 2021.

Pautas:

- 1º Solicitação de transmissão ao vivo;
- 2º Questionamento ao DER: quais as próximas ações com relação à revogação da portaria?;
- 3º Requisição de documentos - concessionária pede implantação das placas;
- 4º Data da diretoria da reunião de investimentos e operações referente à ciclovia;
- 5º Regulamento de *bikes* em ônibus e etc;
- 6º Planejamento para o próximo Pedal Anchieta;
- 7º Informar ao DER se tem previsão de fazer intervenções (Caminho do Sal).

Realizou-se no dia 09 de novembro de 2021, às 10h00, por videoconferência, a 8ª Reunião do Ciclo Comitê Paulista - CCP. Compareceram os (as) representantes (as) **Gilberto Tardochi da Silva (SLT)**, **Juan Tarsis Gimenes de Almeida (SLT)**, **José Alberto (Sheik) Pereira (SIMA)**, **Maria Denise Rafael (Sec. Governo)**, **Maria Amélia Kuhlmann Fernandes (Sec. Governo)**, **Bernadete Maria da Penha Augusto (Sec. Turismo)**, **Marcelo Campelo Teixeira (STM)**, **Cap PM Eduardo Aparecido Zampronio (Pol. Rodoviário)**, **Walmir Ribeiro Leite (DER)**, **Breno Camargo Kraide (DER)**, **Caio Miranda Carneiro (Artesp)**, **Victor Del Mazo Quartier (FF)**, **Lilian Regina Gabriel Moreira Pires (OAB)**, **William Jorge Rissato Cruz (Ciclista)**, **Eduardo Feliciano Sans Gomez (Ciclista)**, **William Amaral dos Santos (Ciclista)**, **Wanderley Gonzales da Silva (Ciclista)**, **Paulo Roberto Cruz Alves (Ciclista)** e **José Carlos Oliveira – Professor Casé (Ciclista)**.

Também participaram da reunião os Sres. e Sras., **Renata Falzoni**, **Lucas (Fundação Florestal – FF)**, **Aparecido Inácio**, **Edson Rizzo** e **Fabio Adriano Pulvirenti (DER)**.

Os representantes titulares e suplentes das Secretarias de Esportes, Segurança Pública e Desenvolvimento Regional, a Coordenação Operacional da Polícia Militar, o Comando de Policiamento Ambiental e Associação Paulista de Municípios – APM não participaram da reunião supramencionada.

O representante **Sheik (SIMA)** conduziu a reunião. Declarou a reunião aberta e concedeu a palavra ao representante **William Cruz (Ciclista)** que observa que a OAB não atuaria como assessoria jurídica, mas para questões de interpretação de lei, em que serão importantes as experiências das representantes da OAB nesse sentido, visto a falta de conhecimento dos interessados nesse âmbito. O representante **Juan Almeida (SLT)** esclareceu que utilizou o termo "assessoramento jurídico", visto que foi o mesmo utilizado em reunião passada e contido em ata. A representante



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
CICLO COMITÊ PAULISTA

Dra. Lilian (OAB) pergunta se existem outros advogados na reunião. O representante **Willian Cruz (ciclista)** informa que eventualmente um ou outro profissional é convidado, porém nenhum membro do Ciclo Comitê é advogado. O representante **Sheik (SIMA)** informou que houve um advogado, Dr. Aparecido, o qual foi antecessor da Dra. Lilian e é quase um convidado permanente. A representante **Dra. Lilian (OAB)** esclareceu que todos os membros de qualquer comitê ou de qualquer comissão de conselho, tem sua definição estabelecida por organograma ou por regulamento, ficando mais fácil, mas essa participação os órgãos públicos sempre têm os seus representantes e é um diálogo para se chegar a alguma coisa. Portanto o que se pode fazer enquanto Ciclo Comitê é, caso ocorram dúvidas, enviá-las aos órgãos competentes. De qualquer maneira, formalmente houve uma solicitação dos ciclistas à OAB. Portanto, não era um pedido de informação, mas sim uma cobrança e uma denúncia pela ausência da mesma. Em seguida houve, na instância da OAB, uma solicitação de avaliação referente à portaria que foi revogada. A mesma se disponibilizou para partilhar qualquer tipo de sugestão para chegar a termos junto aos órgãos públicos. O representante **Willian Cruz (Ciclista)** agradeceu a fala da Dra. Lilian e sua disposição. O representante **Walmir Leite (DER)** apresenta o Sr. Breno Camargo, suplente do DER, que solicita a fala e se apresenta como advogado e colaborador do DER e se disponibiliza para ajudar e contribuir para o que puder. O representante **Sheik (SIMA)** deu as boas-vindas e acrescentou que o novo representante do DER, ajudará a sanar as dúvidas.

O representante **Eduardo Gomez (Ciclista)** citou as pautas. O representante **Sheik (SIMA)** fez as seguintes observações:

PAUTAS:

1º Solicitação de transmissão ao vivo;

Sr. Sheik justificou a falta de condições técnicas para tal.

2º Questionamento ao DER: quais as próximas ações com relação à revogação da portaria;

O DER poderá explicar melhor.

3º Requisição de documentos onde a concessionária pede implantação das placas;

Sr. Sheik informou que está de acordo com a Lei de Acesso à Informação e etc. Argumentou que acredita que essa não é uma atribuição que cabe ao Ciclo Comitê. Informou que entende que as



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
CICLO COMITÊ PAULISTA

entidades civis devem se juntar para fazer tal pedido direto ao órgão de acordo com a Lei de Acesso à Informação. Continuou dizendo que, caso contrário, o Ciclo Comitê vai acabar por se desviar de seus caminhos, misturando governo com entidade civil. Acrescentou que acredita que é uma demanda da Sociedade civil que deve ser encaminhada e acompanhada por ela.

4º Data da reunião da diretoria de investimentos e operações referente à ciclovia;

Informou que o Sr. Caio tem conhecimento sobre esse assunto, e pontuou o assunto como respostas e demandas para ARTESP.

5º Regulamento de *bike* em ônibus e etc.

Novamente informou que o Sr. Caio tem conhecimento sobre esse assunto.

6º Planejamento para o próximo Pedal Anchieta;

Sheik disse entender que não cabe ao Ciclo Comitê a organização do pedal paulista. Conforme feito no passado, houve entidades civis que se propuseram a fazer, houve uma longa tramitação entre as partes, e, o governo entrou como suporte. Informou, por fim, que tal questão foi solicitada por um ciclista.

7º Informar ao DER se tem previsão de fazer intervenções (Caminho do Sal);

Pontuou que o DER pode responder essa questão.

O representante **Juan Almeida (SLT)** tomou a palavra para dar satisfação referente à resolução, em relação às saídas de alguns membros do Comitê, não foi feita nova resolução, porém uma vez havendo retorno quanto à manifestação da SIMA sobre nomeação de novo suplente, bem como retorno da Polícia Militar, assim será publicada nova resolução. Para tanto, a nova resolução será publicada possivelmente no início de 2022. Caso haja necessidade de nova alteração, já incluirá em nova resolução. O representante **William Amaral (Ciclista)** solicitou a remoção da lista de membros de 2018 que consta no site como membros do Ciclo Comitê, visto que alguns ciclistas têm observado e têm questionado. O representante **Sheik (SIMA)** informou que o pedido foi anotado e será atendido na primeira oportunidade. Reiterou que existe uma lista de tempo regulamentado para falar normalmente, porém tal lista nunca é cumprida. **Willian Amaral (Ciclista)** sugeriu tratar cada um dos itens de pauta lido pelo Sr. Sheik, e, portanto, não é justo oferecer um tempo de x



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
CICLO COMITÊ PAULISTA

minutos para o Sr. Eduardo falar, visto que não é possível tratar todos os itens de pauta de uma só vez, sendo necessário fazer um a um. O representante **Eduardo Gomez (Ciclista)** concordou e iniciou a fala colocando uma situação que ocorreu na ALESP, e solicitou se retratar, visto que, durante sua fala naquele lugar, utilizou uma frase a qual atribuiu ao Sr. Sheik, porém não é o caso, portanto, por esta razão, se retratou perante todos os presentes. Seguindo a pauta, solicitou que o Sr. Willian comentasse sobre a pauta de transmissão ao vivo, e, após avanço, cabendo ao DER e ARTESP responder também. O representante **Sheik (SIMA)** pediu a fala para fazer um esclarecimento que leu a pauta como um todo, visto que fora solicitada a leitura pelo Sr. Eduardo. O representante **Willian Cruz (Ciclista)** tomou a palavra e informou que há muita cobrança da sociedade civil quanto ao que é discutido no Ciclo Comitê, e o objetivo é dar mais transparência, por esta razão realizou a solicitação da transmissão ao vivo. Esclareceu que entende a rigidez do setor público quanto às questões relacionadas às informações pela questão da segurança. Porém, o mesmo salienta que as reuniões realizadas pelo Ciclo Comitê e os assuntos tratados nesse âmbito são de caráter público. Fez uma comparação explicando caso a reunião fosse presencial os cidadãos poderiam participar como ouvintes, sem interferir na condução dos trabalhos, tanto como é usualmente realizado o convite de outras pessoas para participarem das reuniões atuais, as quais participam quando é possível ou até mesmo quando são solicitadas. Uma vez que todo o conteúdo debatido é público, não haveria problema disponibilizar uma gravação após a reunião, nem tampouco realizar a transmissão ao vivo. Explicou ainda que caso haja essa limitação técnica, outros membros do Ciclo Comitê podem conseguir contornar essa limitação e realizar, por conta própria, a transmissão ao vivo da reunião, sem edição e interferências do que está sendo conduzido. Portanto, caso a secretaria e outros órgãos possuam alguma dificuldade, a sociedade civil pode realizar isso. O representante **Sheik (SIMA)** esclareceu que qualquer pessoa, caso haja interesse, pode participar da reunião e informou ainda que a reunião tem caráter aberto. Lembrou também que esse assunto nunca foi discutido, e que não se opõe à ideia. Porém, assegurou que não é possível realizar essa oferta, visto questões técnicas da instituição. Sugeriu para quem se opor à abertura ou tiver disponibilidade para fazer tal transmissão por conta própria, além disso, salientou que há um esforço para mais pessoas tomarem conhecimento desse comitê. O



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
CICLO COMITÊ PAULISTA

representante **Willian Amaral (Ciclista)** argumentou que convidar quem tem interesse em entrar como ouvinte é um complicador, visto que o Microsoft Teams possui um número máximo de participantes. Segundo ele, existe alguma forma de transmitir essas reuniões como *webinar*. Recomendou, portanto, entrar em contato com a área de TI da SIMA, e, ainda tem a possibilidade de fazer essa transmissão externamente ou até mesmo disponibilizar o material posteriormente, mas é necessário consenso de todos para que seja dada transparência à sociedade, a fim de assim evitar conflitos, os quais são ocasionados, muitas vezes, pelo fato do público externo não ter conhecimento do que é tratado nas reuniões do Ciclo Comitê. O representante **Sheik (SIMA)** concordou e disse ser favorável à transparência, e corroborou com a fala anterior de que os ciclistas não conhecem o Ciclo Comitê, além disso, observou que esses movimentos não têm conexão entre si. O representante **Eduardo Gomez (Ciclista)** informou que a transmissão ao vivo fica acordada para a próxima reunião. Caso o Estado não tenha esse mecanismo, propõe-se, portanto, que os próprios membros do Ciclo Comitê providenciem tal intento. Aproveitou para sugerir a discussão da pauta de itens da ARTESP. O representante **Willian Cruz (Ciclista)** sugeriu que a pauta referente à transmissão ao vivo conste em ata, para evitar questionamentos posteriores. O representante **Sheik (SIMA)** esclareceu que a ata é uma reprodução da reunião. A representante **Dra. Lilian (OAB)** questionou se o Ciclo Comitê possui uma página para que a gravação fique disponível. Expôs que é necessário acordar tecnicamente como isso ocorrerá, definindo onde a gravação ficará hospedada, quem vai administrar, para que tal informação seja localizada posteriormente. O representante **Willian Cruz (Ciclista)** observou que a gravação está aos cuidados da SIMA, e possivelmente poderia ser hospedada na mesma página das atas, porém isso não exclui a possibilidade de transmissão ao vivo por outros canais também. Acrescentou ainda, porém, sobre a questão do armazenamento e registro histórico desse material, que pode ser disponibilizado pela SIMA, evitando depender de entes privados para disponibilizar tal material. A representante **Dra. Lilian (OAB)** sugeriu que todos esses assuntos sejam tratados no âmbito do Ciclo Comitê e suas respectivas procuradorias, com vistas à Lei de Acesso à Informação, Lei de Proteção de Dados, porém a mesma informou que tem dúvida quanto à questão do compartilhamento de gravação. Concordou que participação, publicidade e transparência são importantes, porém é necessário obter mecanismos que sejam



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
CICLO COMITÊ PAULISTA

seguros e que atendam o regramento e a legislação vigente. Portanto, recomendou solicitar orientação das respectivas consultorias jurídicas para que o comitê obtenha auxílio para tal decisão. O representante **Sheik (SIMA)** informou que vai consultar a TI e PGE pra saber detalhes se existe alguma limitação. A representante **Dra. Lilian (OAB)** informou que não há possibilidade de deliberar sobre isso no momento. O **Caio Miranda (Artesp)** informou que vai tratar do assunto com a ALESP a fim de firmar parceria institucional para a realização da transmissão das reuniões do Ciclo Comitê, via *youtube*, e, dessa forma, fica resolvida tal questão. O representante **Sheik (SIMA)** agradeceu a observação do Eduardo e observou que tal proposta do Sr. Caio foi anotada. O representante **Eduardo Gomez (ciclista)** lembrou sobre a pauta a ser discutida referente à requisição de documentos da concessionária solicitando implantação da ciclovias do km 38 ao 45 da Imigrantes. O representante **Caio Miranda (Artesp)** informou que, em conversa informal junto a Ecovias para verificar a possibilidade de realizar uma reunião, com o objetivo de tratar de assuntos tais como a Rota Marcia Prado, questões relacionadas às placas, e o que for pertinente tratar na referida reunião. Informou que antes disso vai verificar qual foi o embasamento a colocação das placas. O representante **Eduardo Gomez (ciclista)** definiu, portanto, que tal tópico fica resolvido, ficando agendada reunião para o dia 18/11/2021 (quinta-feira), conforme proposta do Sr. Caio. Além disso, colocou que nessa reunião o Sr. Caio já teria um resultado para essa primeira pauta. O representante **Willian Amaral (Ciclista)** reforçou que a requisição de documentos da concessionária solicitando implantação das placas é pertinente, visto que é necessário saber de onde partiu tal demanda e que deve ser discutida internamente, sendo corroborado pelo Sr. Eduardo que observou que o Sr. Caio realizará o levantamento de tais informações, conforme solicitado em reunião. O representante **Sheik (SIMA)** argumentou que embora não seja uma tarefa do Ciclo Comitê, porém o Sr. Caio está se dispondo, portanto, o mesmo fica incumbido e responsável por tal demanda. O representante **Eduardo Gomez (ciclista)** contestou o Sr. Sheik o motivo pelo qual tal requisição não é uma demanda do Ciclo Comitê Paulista, por se tratar de um fórum de debate. O representante **Sheik (SIMA)** respondeu que solicitações específicas acha que é uma demanda dos ciclistas, os quais devem requer o documento, e a partir do documento geram-se as demandas. O representante **Eduardo Gomez (ciclista)** contestou que é uma demanda dos ciclistas, visto que este



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
CICLO COMITÊ PAULISTA

é o lugar de debate. Acrescentou ainda que a partir do dia 18/11/2021, quando obtiverem o retorno do Sr. Caio o Ciclo poderá então decidir se têm a solução ou não, ou se faz um ofício. O representante **Caio Miranda (Artesp)** informou que a dúvida do Sr. Eduardo é pertinente e que também tem a mesma dúvida. O representante **Willian Amaral (Ciclista)** faz um paralelo de quem é a competência da Estrada de Serviço. O representante **Willian Cruz (ciclista)** esclareceu que essa se trata apenas de uma solicitação de informações da sociedade civil aos demais membros do Ciclo Comitê, assim como é possível solicitar o projeto da ciclovia que será construída na Rodovia Imigrantes, e o Governo pode ceder, visto que faz parte das discussões, sem a necessidade de entrar na questão da Lei de Acesso à Informação, visto que vê tal ferramenta como último recurso, além de estarem em um ambiente de debate. O representante **Sheik (SIMA)** argumentou que, enquanto órgão do Governo, não pode solicitar qualquer informação aos órgãos estatais com base na Lei de Acesso à Informação, porém a sociedade civil tem anuência para tal. Informou ainda que, embora não esteja nessa agenda, a Estrada de Serviço está bem encaminhada e assim que obtiverem notícias mais substanciais, terá o maior prazer em informar. O representante **Eduardo Gomez (ciclista)** corrigiu argumentando que a pauta sobre solicitação de data para reunião com a Diretoria de Investimentos e Operações da ARTESP referente à implementação de ciclovia do km 38 ao 45. Portanto é o próximo ponto de pauta para ser abordado. O representante **Caio Miranda (Artesp)** explica que todos deverão enfrentar essa questão. Acrescentou que existe um limbo de quem é a titularidade da Estrada de Serviço, visto que nos anos 1998, 1999, quando foi feita a primeira rodada de concessões, a estrada era chamada de Estrada de Serviços da DERSA, participando de concessões somente na implementação do trecho descida da Imigrantes. A concessionária utilizou a estrada para fazer as obras e ao final a empresa realizou reparos na via, fez um inventário, e entregou a chave ao Parque da Serra do Mar, visto que a estrada está dentro do Parque. Por fim, a ARTESP analisou a documentação, e uma vez havendo definição da situação, e sendo uma estrada, em teoria, o processo culmina ao Governo do Estado para o departamento que cuida disso. Destacou que, o mais importante, é que o Secretário Penido está empenhado em oferecer uma solução a fim de conectar essa estrada de serviço da baixada com o planalto. Em relação à questão dos ônibus, que conversou com o Diretor da VPL/Artesp, Sr. Sebastião Ricardo, o



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
CICLO COMITÊ PAULISTA

qual expôs a preocupação da empresa referente ao direito do consumidor, que a empresa deverá suportar com eventuais danos em relação às bicicletas “caras” que são transportadas pelos ciclistas. Caio explicou que o argumentou dizendo que os ciclistas também não querem colocar seu equipamento custoso em condição desfavorável para ser transportado, e esclareceu que o mais importante é não haver a proibição e não ficar ao acaso da vontade do motorista. Portanto, observou a importância do diálogo, mas informou que poderá agendar uma reunião com a empresa VPL e seus técnicos para que ambas as partes tragam suas questões e possam chegar a um caminho. O representante **Eduardo Gomez (ciclista)** informou que, de todas as pautas enviadas à ARTESP, com a fala do Sr. Caio, já foram concluídos os três pontos, tais como a questão do requerimento da R12, da reunião com a DIM/Artesp, e a questão da regulamentação da bike no ônibus. Faltando apenas enviar a data e horário para a realização da próxima reunião com a ARTESP. O representante **Caio Miranda (Artesp)** sugeriu o horário das 10h00 da manhã por parte do Ciclo Comitê. O representante **Sheik (SIMA)** conclui a data do dia 18/11/2021, às 10h00. O representante **Eduardo Gomes (ciclista)** agradeceu ao Sr. Caio pela pronta resposta. E sugeriu a abordagem da próxima pauta referente ao questionamento feito ao DER sobre quais serão as próximas ações quanto à revogação da portaria 122. O representante **Walmir Leite (DER)** informou que a portaria foi publicada e depois revogada e que a portaria 33 não entrou na revogação, e informou que por enquanto estão sem portaria. O representante **Willian Amaral (ciclista)** informou que é importante que o DER também verifique tal demanda, visto que a placa R12 é atribuição da referida empresa. O representante **Sheik (SIMA)** argumentou que não há necessidade de tratar tal demanda no momento, visto que poderá ser discutida melhor no dia 18/11/2021 quando a reunião juntamente com a Ecovias será realizada. O representante **Willian Cruz (ciclista)** perguntou sobre o tipo de placas autorizadas pela ARTESP se são placas informativas e não placas regulamentadoras. Perguntou se as placas regulamentadoras deveriam ser autorizadas pelo DER, o que foi corroborado pelo Sr. Valmir que pediu desculpas e disse que as placas regulamentadoras é competência do DER. O representante **Walmir Leite (DER)** informou que, devido às péssimas condições de pavimento o DER está recapeando, próximo à rota de ciclista Caminho do Sal na SP 122, e por medida de segurança, vai aumentar a sinalização e haverá somente a recuperação e a



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
CICLO COMITÊ PAULISTA

melhoria da rodovia. O representante **Eduardo Gomez (ciclista)** observou que não é esse o assunto em pauta, mas em relação à questão do Porto Seco. O representante **Gilberto Tardochi (SLT)** tomou a palavra e informou que a questão do Porto Seco é uma obra que está sob a égide do Governo Federal, e que esta foi uma proposta de uma empresa e que ainda está em processo de avaliação e autorização, sem autorização ainda. Informações de consulta da secretaria de Governo, que obviamente o DER vai se preparar e se houver realmente autorização, deverá executar algumas obras para atender à demanda. O representante **Willian Cruz (ciclista)** disse que a rota cicloturística que é o Caminho do Sal, possui bastante fluxo de ciclistas e existe uma preocupação quanto à segurança em relação ao grande fluxo de caminhões. O representante **Walmir Leite (DER)** agradeceu ao Sr. Tardochi pelo complemento das informações e pergunta se existe alguma outra dúvida em relação ao DER. O representante **Sheik (SIMA)** esclareceu que o Porto Seco teve o licenciamento da CETESB e está seguindo todos os ritos do licenciamento Estadual e Federal. A convidada **Renata Falzoni** pediu a palavra e informou que por mais que esteja autorizada pela CETESB a um olhar sensato a níveis de meio ambiente, é uma obra irregular. Independente disso, além de impactar a rota de cicloturismo, em finais de semana é possível ver a quantidade enorme de pedestres e ciclistas de estradas que usam aquela rota para treino. Portanto, qualquer obra que acomodar os caminhões não pode desacomodar aqueles que alimentam a cidade de Paranapiacaba com seu turismo, peregrinações, caminhadas e treinos de bicicleta. Concluiu que o impacto para acomodar os caminhões não pode, mais uma vez, excluir quem promove a economia da cidade de Paranapiacaba. Informou que haverá uma enorme manifestação dia 05/12 contra o Porto Seco, e enfatizou que fica o alerta de que esta obra para acomodar 1.200 caminhões por dia não pode excluir quem está praticando o cicloturismo. O convidado **Edson Rizzo** iniciou parabenizando a sociedade civil do CCP por ser signatário na COP 26 que consta a questão da mobilidade levada por esse CCP. Em relação ao Porto Seco lembrou a fala do Sr. Sheik sobre a questão do licenciamento CETESB, informou que em dezembro de 2018 quando o licenciamento passou por sua última audiência pública, peticionou ao CONSEMA a mesma questão que foi abordada em reunião, e a pergunta continua em aberto por lá, porém o licenciamento foi concedido de qualquer maneira. Portanto, tal questão é uma reiteração do que já foi questionado em 2018 dentro da validade da



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
CICLO COMITÊ PAULISTA

emissão do licenciamento, após a audiência pública que ocorreu pelo empreendedor, e dentro do prazo legal o Consema foi questionado para que observasse, dentro da conformidade das leis, a lei que se tem mencionado atualmente, que é o decreto estadual que estava em vigor que dá validade jurídica ao plano cicloviário. O representante **Sheik (SIMA)** informou que a observação do Dr. Rizzo foi registrada. O representante **Willian Amaral (ciclista)** solicitou que gostaria de retomar a questão das portarias e fazer um questionamento referente à fala que o Sr. Valmir pontuou informando que não tem portaria vigente atualmente. Citou que teria a portaria 125, e que a 122 revogou a 33. Questionou o seguinte: qual o procedimento a partir de agora para eventos? Até porque, completou que foi a pauta de como está à preparação do Pedal Anchieta, visando como estão os preparativos. Continuou que o que se quer saber é se o evento vai acontecer ou não, visto os demais eventos esportivos voltando, a maioria, com sua capacidade máxima. O representante **Sheik (SIMA)** observou que o primeiro evento nasceu dentro da secretaria quando foram solicitadas as ONGs para que houvesse uma organização conjunta. O segundo evento foi uma demanda do movimento ciclista, em que o Estado apresentou seus prós e contras, e o evento aconteceu. Informou que nesse ano, o Governo do Estado não tem nenhuma intenção de fazer uma proposta de Pedal Anchieta. Concluiu que o Pedal Anchieta não tem o que ser discutido no momento. O representante **Willian Amaral (ciclista)** contestou que foi assinada uma lei no dia do Pedal Anchieta que, a data do Pedal Solidário, então foi baseada em uma lei. O representante **Sheik (SIMA)** disse que existem diversas leis que autorizam, porém não diz que é para se fazer, e finalizou que esse caso se enquadra nisso. Portanto, não se vê nenhuma razão de se fazer proposta ou de se discutir isso. Recomendou que todos se preparem para o ano que vem, pois a vida estará mais organizada. O representante **Willian Amaral (ciclista)** perguntou se a ONG já foi avisada do requerimento. O representante **Sheik (SIMA)** informou que não sabe e que pergunte ao DER, mas acredita que sim. O representante **Walmir Leite (DER)** informou que está suspensa, primeiro devido a pandemia e segundo a falta de portaria. Por enquanto está suspenso o planejamento do Pedal Anchieta. O representante **Caio Miranda (Artesp)** pediu a fala para esclarecer que o Pedal Anchieta está tramitando nas instâncias do Governo a pedido da BR Ciclo, a ONG que pediu, com manifestação negativa da Polícia Militar por questão de segurança; além disso, o DER também se



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
CICLO COMITÊ PAULISTA

manifestou com dificuldade operacional, e se encontra, portanto, na ARTESP. Solicitou aos membros que entre em contato com a ONG BR Ciclo, visto que se não for possível realizar o evento Pedal Anchieta nas datas propostas que são nos dias 04 e 05 de dezembro, datas muito antecipadas, para que essa data seja adiada para janeiro e organizar com o apoio do Governo e seja feito com maior estrutura. Além das manifestações negativas, informou que não gostaria de fazer o Pedal Anchieta se transformar em ponto de conflito. Informou ainda que na semana que vem todos terão uma atualização referente a ciclo passarela da rota Márcia Prado, portanto, tem-se avançado em vários pontos. O representante **Willian Amaral (ciclista)** informou que é da BR Ciclo e que poderá fazer a intercomunicação com a presidência da ONG. O representante **Professor Casé (ciclista)** solicitou a palavra para fazer uma contribuição em cima da fala do Willian Amaral. Perguntou se há algum impeditivo para o acesso às rodovias. O representante **Walmir Leite (DER)** informou que não possui nenhum esclarecimento quanto a isso. Informou que a portaria está suspensa, e não tem respaldo no momento para se fazer. Esclareceu que em breve pode ser que seja possível solucionar isso. O representante **Willian Amaral (ciclista)** observou que uma vez sem portaria regulamentadora, o Código de Trânsito Brasileiro - CTB que vai predominar, que possui alguma particularidade referente a eventos, que possivelmente é concernente à patrocínio, cobrança ou intervenção na rodovia. O representante **professor Casé (ciclista)**, informou que comboio, passeio e deslocamento não se enquadram nesse caso, visto que não se possui uma portaria que regulamenta. O representante **Walmir Leite (DER)** informou que o DER trabalha com base no CTB que proíbe bicicleta em rodovia. Salientou a portaria 58 a qual destaca que bicicleta autorizada somente na existência de ciclovia (**provocando discussões acaloradas**). O Sr. Walmir continuou informando mais uma vez que é proibido, e que a Polícia também sabe que é proibido. Enfatizou ainda que o DER não abrirá exceção, não vai burlar o CTB somente para fim de atender a todos e observa que estão fazendo o máximo para atender. Finalizou informando que a resposta do DER, o qual está representando, é esta, e que o Sr. Tardochi poderá completar sua resposta. O representante **Willian Amaral (ciclista)** informou que nenhum membro do Ciclo Comitê é jurista e que existe alguma jurisprudência em relação à portaria 58, e ponderou informando que esse tipo de discussão tende somente a inflamar. O representante **Wanderley Silva (ciclista)** pediu que a fala



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
CICLO COMITÊ PAULISTA

do Sr. Valmir conste em ata para que sejam publicizada as falas do representante do DER, solicitou ao Dr. Breno, que auxilie o Sr. Valmir quanto ao artigo 58 do CTB. O representante **Willian Cruz (ciclista)** salientou que tal assunto já foi discutido algumas vezes, sendo, portanto, um retrocesso para o Ciclo Comitê. O representante **Professor Casé (ciclista)** solicitou ao Sr. Valmir que esclareça, de acordo com o seu entendimento, aonde é proibido pedalar em rodovia, e solicitou que se conste em ata. O representante **Walmir Leite (DER)** dirigiu-se ao Sr. Wanderley para atenuar a indisposição anterior. O representante **Wanderley Silva (ciclista)** esclareceu seu ponto de vista, e explicou que sua solicitação seja atendida para que conste em ata a fala do membro Sr. Valmir. O representante **Sheik (SIMA)** solicitou que seja retomado o assunto com vistas à discussão técnica. O representante **Willian Cruz (ciclista)** solicitou que se conste em ata a fala do Sr. Walmir que disse que é proibido bicicletas nas estradas e que se sabe disso, e que se utiliza das estradas sabendo que não pode, ou seja, são infratores. O representante **Eduardo Gomez (ciclista)** destacou que o Sr. Valmir havia solicitado a fala do Sr. Tardochi referente à sua visão sobre o assunto. O representante **Gilberto Tardochi (SLT)** iniciou sua fala lembrando que todos os grandes e pequenos eventos são regulados por uma portaria da Secretaria de Segurança Pública. Em relação ao trânsito de bicicleta, (que segundo o Major do Policiamento Rodoviário, que esteve presente na última reunião) esclareceu sobre as vias que não possuem acostamento, citando, salvo engano, o artigo 244 do CTB. Expôs sua opinião falando que as vias que possuem acostamento, para que seja seguido o CTB. O representante **Willian Amaral (ciclista)** informou que já existem jurisprudências, até sobre aplicação da portaria 244 que predomina é a portaria 58, porém é uma discussão jurídica que o mesmo informa não ter competência para falar. Continuou sua fala em relação à portaria 122, e informou que tal portaria caiu justamente pelo falta do dialogo. A ata da última reunião extraordinária cita que parte das solicitações foi atendida, porém informou que foi publicada a minuta anterior. Para conceituar, o artigo 244 do CTB fala sobre infrações, conduzir motocicletas, motonetas e ciclomotores não se referindo a bicicletas, acrescentou ainda, que estão se baseando no artigo 1º. O representante **Willian Cruz (ciclista)** informou que o artigo 244 fala sobre ciclos, e acaba contemplando também a bicicleta. Porém, artigo 58 concede o direito. O artigo 244 fala sobre infração, negando o direito que consta no artigo 58 o qual diz que da falta do acostamento



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
CICLO COMITÊ PAULISTA

utiliza-se, portanto, a borda da pista. A caracterização da infração não proíbe o direito de circulação. Em resumo, com base nesse artigo 244 não é possível dizer que é proibido à circulação nas rodovias. O representante **Gilberto Tardochi (SLT)** acrescentou que não disse que é proibido, mas lembrou da fala do Major referente à restrição. Solicitou parcimônia no tratamento dos assuntos. O representante **Sheik (SIMA)** tomou a palavra e reiterou a fala do Sr. Tardochi e argumentou que se deve pensar de que maneira é possível colaborar com o DER, de que forma é possível aceitar a contribuição do Ciclo Comitê para que se possa dar andamento e prosseguimento. A convidada **Renata Falzoni** ressaltou que o Estado de São Paulo vai asfaltar mais de 3 mil km de estradas vicinais, estradas por onde passam pedestres, ciclistas, charretes, e pessoas a pé, sem acostamento. Citou o artigo 244 que fará com que uma estrutura fundamental de conexão, no campo paulistano, passe a ser exclusivamente de carros, tal como a obra Porto Seco citado anteriormente, em que se acomoda o público motorizado e se expulsa o restante dos usuários. Solicitou que se conste em ata e observou que esse é um processo que se deve estar sempre "iluminando", dada à preocupação que se tem com o que será feito com tais estradas que serão asfaltadas, fazendo com que se restrinja com a condição dos usuários de utilizar tais estradas. O representante **Juan Almeida (SLT)** fez uma observação que não há necessidade de todos solicitarem que tais falas constem em ata, visto que a reunião é gravada, portanto, deverá ser registrado em ata. O representante **Sheik (SIMA)** pede para que possam encerrar essa parte da reunião para ver se conseguem avançar. O convidado **Edson Rizzo** trouxe análises de jurisprudência entre divergência entre artigos da lei tais como o Artigo 58 que tratam de normas de circulação, e o Artigo 244 que trata de normas de infração, autuação. A representante **Maria Denise (Sec. Governo)** tomou palavra e se despede de sua atuação do Programa Respeito à Vida, portanto não participará na próxima reunião. O convidado **Aparecido Inácio** saúda a todos e solicita que seja registrada a presença da Federação Paulista de Ciclismo diz ao pessoal do DER que a Federação está à disposição para ajudar na redação da nova portaria e reivindica a participação nesse grupo técnico, e que essa nova portaria não seja publicada e impressa sem a participação dos maiores interessados que são os ciclistas e solicita ainda que esta solicitação seja levada à superintendência do DER, enfatizando mais uma vez que não se publique a nova portaria sem ouvir a sociedade civil,



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
CICLO COMITÊ PAULISTA

assim como foi feito, inclusive, com o Decreto 63.881, e cita as colegas da OAB que têm muita contribuição a fazer, e menciona. Dra. Lilian que possui uma bagagem muito grande na área de mobilidade e cita que ela poderá trazer muitas informações para o grupo. O representante **Caio Miranda (Artesp)** alterou o horário da reunião 18/11/2021 para às 14h00. O representante **Eduardo Gomez (ciclista)** informa que todas as pautas foram discutidas e argumenta que a maior preocupação é o que será feito da Portaria 122 e é o pleito do Ciclo Comitê Paulista e Sociedade Civil. Aproveita e solicita a fala à Sra. Bernadete referente à posição do Grupo de Trabalho Turismo - GT Turismo concernente ao questionamento realizado em último encontro de solicitação de reunião com os secretários dos municípios para debater o plano cicloviário. Enfatizou que se percebe uma preocupação não tão somente da sociedade civil, mas também dos municípios quanto à portarias que serão feitas. O representante **Gilberto Tardochi (SLT)** informa que chegou a concluir um mapa com tudo o que já existe de ciclofaixa e ciclovia incluindo DER, ARTESP e Fundação Florestal, e informa que faltam informações das rotas cicloturísticas, sugere a participação da Secretaria de Desenvolvimento Regional no Ciclo Comitê. Aborda a questão do fomento do turismo e infraestrutura destinados ao público ciclista. O representante **Juan Almeida (SLT)**, informou que conversou com o Sr. Luiz Sobrinho (ST) e disse que o levantamento dos mapas está sendo feito com as secretarias municipais. O representante **Willian Amaral (ciclista)** informa que é importante que o trabalho seja em conjunto. Salientou ainda que a sociedade civil consegue suportar o governo com algumas informações. O representante **Sheik (SIMA)** sugeriu que se encerre o ano fazendo uma reunião presencial, com retorno somente em março, visto o período de férias de todos, caso todos estejam de acordo. O representante **Eduardo Gomez (ciclista)** informou que avaliará tal questão e posicionará ao Sr. Sheik, na próxima reunião do CCP, que ficou agendada para o dia 07/12/2021. O representante **Sheik (SIMA)** intervém e esclarece que o retorno não acontecerá somente em março, mas que a comunicação poderá acontecer em qualquer época, caso haja demanda, o período ocupado para todos. O representante **William Amaral (ciclista)** observa que entende a questão de férias e coloca que dezembro e janeiro são complicados por conta das festividades, e sugere, caso haja algo urgente nesse período, deve ser convocada uma reunião extraordinária. O representante **Willian Cruz (ciclista)** leu a resposta da Sra. Bernadete que escreveu no *chat*



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
CICLO COMITÊ PAULISTA

referente à sua posição solicitada durante a reunião. A mesma informou quanto à ação junto aos municípios, estão finalizando os questionários para serem enviados até o final do mês. Para conhecimento, falou com o Sobrinho quanto à padronização da aceitação das *bikes* como bagagem e está aguardando posicionamento da Socicam e Abrat, e pediu desculpas por não estar presente, pois teve que participar de outra reunião. O representante **Juan Almeida (SLT)** agradeceu a todos e encerrou a reunião.

Observação

A 9ª Reunião Ordinária foi designada para o dia 07/12/2021, às 10h00.

A minuta da ata será enviada até o dia 26/11, e os demais deverão devolver em 03/12/2021.